

**II CONGRESSO PORTUGUÊS DE DEMOGRAFIA**

**“DEMOGRAFIA E POPULAÇÃO: NOVOS DESAFIOS”**

**Título da Comunicação:** *Caminhos Cruzados: o estudo da migração entre a Lousã (Portugal) e a Nova Lousã (Brasil) nos anos oitocentos*

**Autores:** Ana Silvia Volpi Scott & Oswaldo Mário Serra Truzzi

**Lisboa**

**27 a 29 de Setembro de 2004**

# CAMINHOS CRUZADOS: O ESTUDO DA MIGRAÇÃO ENTRE A LOUSÃ (PORTUGAL) E A NOVA LOUSÃ (BRASIL) NOS ANOS OITOCENTOS\*

Ana Silvia Volpi Scott<sup>♦</sup>  
Oswaldo Mário Serra Truzzi

## Resumo:

A comunicação que propomos privilegia o estudo do imigrante português no contexto de um núcleo colonial fundado no interior da Província de São Paulo, em meados do século XIX (1867) que sobreviveu até os finais dos anos oitocentos. A colônia da Nova Lousã (região de Espírito Santo do Pinhal) é o centro de nossa investigação, uma vez que se diferencia dos demais núcleos coloniais fundados na província, porque recebia, exclusivamente, imigrantes naturais do Concelho da Lousã (Distrito de Coimbra), tendo sido fundado por João Elizário de Carvalho Montenegro. A originalidade do estudo liga-se à própria especificidade deste núcleo colonial, que recebeu apenas lousanenses para a sua formação. Isto possibilita não só a análise de um grupo de imigrantes portugueses ligados ao trabalho na lavoura cafeeira, mas a análise da comunidade migrante a partir do ponto de origem, estudando as estratégias familiares locais que levaram certos indivíduos e certas famílias a optarem pelo abandono da terra natal, e a sua inserção e acomodação na sociedade receptora. A pesquisa também se diferencia pela utilização de fontes e metodologias vinculadas à microanálise, contando com os registros paroquiais como fonte básica, fontes essas que serão, na medida do possível, complementadas com outras de caráter nominativo. A investigação está em estágio inicial, e propõe para esta comunicação algumas reflexões preliminares sobre os dados recolhidos no Brasil, privilegiando fontes impressas (relatórios e listas de colonos), bem como os primeiros dados levantados nos registros paroquiais referentes à colônia da Nova Lousã.

Palavras-chave: demografia histórica, migração, micro-análise, família, Portugal-Brasil

## Introdução

Há alguns anos atrás, quando iniciamos nossos estudos sobre a emigração/ imigração portuguesa para o Brasil, constatamos uma lacuna nos estudos sobre os portugueses em relação a outras nacionalidades. Em trabalho anterior fizemos uma análise desta produção bibliográfica mais recente mostrando essa situação em detalhes (Scott 2000). Essas considerações não serão aqui retomadas, pois o que interesse neste momento resume-se a uma pergunta: o que explica esta lacuna, que fatores contribuem para esse fato? Em nossa opinião, abordar o fenômeno imigratório português para o Brasil é uma tarefa que comporta dificuldades que vão além daquelas que normalmente os estudiosos encontram ao privilegiar o estudo de grupos imigrantes de outras nacionalidades. Parece-nos, inicialmente, que nem sempre os portugueses

---

\* Esta comunicação é parte integrante do projeto de pesquisa "**A Imigração Invisível: Portugueses no Brasil Independente**", financiado pelo CNPq, e desenvolvida no NEPO- UNICAMP (São Paulo-Brasil), sob a coordenação de Ana Silvia Volpi Scott (NEPO-Unicamp / UniABC) e com a participação de Oswaldo Mário Serra Truzzi (Ufscar).

<sup>♦</sup> Este texto foi publicado na "ARUNCE" – Revista de Divulgação Cultural, nº 17/19 – 2004, e os autores agradecem a permissão para disponibilizá-lo através do site do Museu da Emigração e da Luso-Descendência.

utilizavam os mesmos mecanismos de inserção na sociedade receptora que eram empregues pelos outros imigrantes estrangeiros. O fato de dominarem a língua do país de acolhimento lhes conferia uma certa autonomia e vantagem em relação aos demais.

Um outro fator que deve ser levado em consideração, e que explicaria também outros mecanismos de inserção da população de origem portuguesa, é a própria rede informal de solidariedade e amizade que funcionava entre eles. Os conterrâneos que já estavam integrados na sociedade de acolhimento mantinham contatos com aqueles que se dirigiam à nova terra e que, com isso, poderiam dispor do auxílio dos compatriotas na busca das primeiras acomodações e da primeira oportunidade de trabalho. Isto permite que suponhamos que uma parcela dos recém-chegados não passasse pelos canais normais de recepção e encaminhamento destinados aos imigrantes estrangeiros como, por exemplo, a Hospedaria dos Imigrantes, instalada no bairro do Brás em São Paulo.

Acresça-se ainda o fato de que a maioria dos imigrantes de outras nacionalidades dirigia-se, no caso paulista, às fazendas de café no interior da Província/ Estado de São Paulo, enquanto que o imigrante português muitas vezes optava por dedicar-se a outras atividades, principalmente o comércio, o que o conduzia com freqüência a instalar-se em áreas urbanas. As histórias da vinda de caixeiros para o Brasil, integrados a uma rede comercial e de parentesco transatlântica, foi um tema tratado pela recente historiografia portuguesa<sup>1</sup>.

Além disso, uma vez absorvidos pela comunidade receptora, praticamente não deixavam rastros fáceis de serem recuperados, pois se tornava virtualmente impossível distingui-los da população brasileira em geral, e identificá-los positiva e individualmente como portugueses. Este fato é que confere uma relativa INVISIBILIDADE à imigração de origem portuguesa, pois eles não se distinguem pelos mesmos atributos de outros estrangeiros como, por exemplo, os nomes de família, que são mais facilmente identificáveis nas fontes documentais utilizadas. Assim, estudar o problema da imigração portuguesa para o Brasil comporta um nível de dificuldade maior, que não só

---

<sup>1</sup> Veja-se, por exemplo, no importante trabalho de (Rowland 1998), o tratamento dado pelo autor a esta questão.

pode explicar a carência de estudos sobre o tema como sugere que outras abordagens, metodologias e fontes sejam utilizadas.

A perspectiva que procuramos avançar nesta pesquisa é a de surpreender e reconstruir o percurso do imigrante português que se lança à grande travessia do Atlântico em direção ao Brasil, tanto no ponto de partida quanto no ponto de chegada, e num contexto diferente da maioria dos portugueses que deixam a terra natal a partir da segunda metade do século XIX.

A concretização deste estudo deve-se à existência de um núcleo colonial fundado por um imigrante português no interior de São Paulo, em meados do século XIX, que trazia preferencialmente imigrantes da terra natal de seu fundador, o Concelho e vila da Lousã. Assim, a possibilidade de encontrar um grupo fechado e homogêneo de portugueses, instalados num espaço geográfico delimitado, foi o ponto de partida para a pesquisa.

Esta análise procura apreender o processo migratório no campo das práticas sociais, tendo como campo de observação inicial uma localidade do Distrito de Coimbra, a partir de meados do século XIX. Esta linha nos faz privilegiar uma vertente de pesquisa de *cunho empírico*, que induz a utilização de uma documentação de natureza local, mais próxima do viver e do sentir dos agentes históricos envolvidos nos fenômenos migratórios, conforme sublinhou (Alves 1993).

Desta forma, fez-se uma opção clara pela aplicação de metodologias microanalíticas que elegem a comunidade como espaço privilegiado de análise, e que possibilitam o estudo aprofundado das questões relativas à migração para o Brasil, não perdendo de vista a vivência quotidiana anterior dos indivíduos e das famílias envolvidas do processo migratório.

## **1. O Ponto de Partida e o Ponto de Chegada**

Como foi mencionado, um dos problemas que se colocam para uma análise mais conseqüente da migração portuguesa para o Brasil é a **questão da invisibilidade** deste imigrante. Depois de sua entrada no Brasil, ele praticamente tem sua presença diluída na população brasileira em geral.

Uma das saídas possíveis para contornar essa dificuldade, como vimos, está na possibilidade de encontrar-se um grupo de portugueses inseridos num espaço, físico e temporal determinado, o que permitiria ao

pesquisador estudá-los como um grupo diferenciado do restante da população, como normalmente é feito para as outras nacionalidades.

O Núcleo Colonial de Nova Lousã oferece esta possibilidade, por isso privilegia-se uma abordagem que coloca em confronto prismas diversos da migração portuguesa, focando inicialmente os espaços de partida e de chegada, na linha dos estudos desenvolvidos por Pescatello (1970), ou as abordagens encontradas nos trabalhos de ou Baganha (1990).

Esta opção ancora-se no reconhecimento da incapacidade que a análise agregada tem (e que dá suporte às leis, tipologias ou modelos) de esgotar a explicação do fenómeno, a qual passa pela observação contextualizada do meio social de partida do emigrante, do grupo familiar e do próprio indivíduo, nela convergindo fatores estruturais e históricos, uma vez que existem formas de adaptação societal à migração tão diversificadas localmente, que nenhuma teoria geral de emigração pode cabalmente explicar (Alves 1994:12-13).

Aceder à configuração multifacetada da migração exige, como nos lembra Alves, a multiplicação das escalas ou patamares de observação (Alves 1994:14). Por isso importa, além de rastear a corrente migratória enquanto volume e características gerais, penetrar também no mundo da família, enquanto espaço de decisão ao nível do grupo económico, social e afetivo. Importa seguir trajetórias individuais, procurando identificar comportamentos, tensões e projetos do emigrante e de sua família e as oportunidades de sua concretização (ou não) na nova terra. Procura-se conjugar, na medida do possível, o quantitativo e o qualitativo, numa perspectiva integrada de pesquisa.

Além disso, as redes familiares ou de vizinhança, responsáveis pela introdução de grande número de emigrantes, especialmente no caso da imigração portuguesa para o Brasil, só emergirão a partir de estudos qualitativos, uma vez que é um fenómeno de difícil quantificação, dada a sua natureza informal.

### **1.1 - O Ponto de Partida: Deixando a Serra da Lousã**

O Concelho da Lousã é formado, além da Vila da Lousã, pelas localidades de Casal de Ermio, Foz de Arouce, Serpins e Vilarinho.

No que diz respeito ao fenômeno da emigração, já era antiga com relação à região de Lisboa. Para o Brasil, a emigração foi iniciada em finais do século XIX, conforme reza a tradição tendo, progressivamente, se alongado para os Estados Unidos da América, culminando, em tempos mais recentes com a saída para a Europa. Guiam-nos nestes caminhos sobre as experiências de mobilidade populacional na região da Lousã os estudos de Paulo Monteiro (Monteiro, 1985, 1993).

De acordo com este autor, as localidades que compõem o Concelho da Lousã situam-se no meio da serra agreste do mesmo nome, e tinham uma economia baseada no equilíbrio entre o cultivo das terras, a criação de cabras para consumo e, sobretudo para a venda, o fabrico de queijos e de carvão e a exploração de mel e castanhas. A magreza e o declive do terreno eram uma condicionante ecológica que tornava este equilíbrio, entre as várias atividades, muito necessário e muito vulnerável a quaisquer transformações. O trabalho agrícola e o pastoreio eram organizados através da combinação de formas associativas próprias (marcadas por relações assimétricas e hierarquizadas) com formas e motivações individualistas (Monteiro 1993:326).

Como as atividades que caracterizavam esta região não eram suficientes para satisfazer toda a demanda de dinheiro, necessário aos impostos, às compras que se faziam na vila e aos juros dos empréstimos contraídos desde, pelo menos, a segunda metade do século XIX, os homens iam durante um período curto trabalhar fora, geralmente nas ceifas dos latifúndios do Alentejo e dos campos espanhóis. As casas com maior número de filhos, quando tinham braços excedentes, punham alguns deles a servir durante um ou dois anos como criado numa daquelas famílias onde houvesse necessidade de mão-de-obra complementar.

Além disso, uma espécie de alargamento dessa tradicional mobilidade temporária e masculina, se verifica quando os homens, por volta dos dezoito anos de idade, vão trabalhar durante dois ou três anos em Lisboa, geralmente no cais ou noutros trabalhos pesados, ou vão emigrar durante um período de alguns anos para o Brasil e mais tarde para os Estados Unidos. A ida para o estrangeiro também podia significar, para muitos, a fuga a um serviço militar longo e indesejado (Monteiro 1993:326-327).

De qualquer modo, um destes Lousanenses, João Elisário de Carvalho Montenegro, emigrou para o Brasil, por volta de 1840 quando partiram da Lousã as primeiras levas com destino à América. Esta emigração deveu-se, em parte, à diminuição do trabalho sazonal ao sul do Tejo na segunda metade do XIX.

O papel do Comendador Montenegro, como se tornou conhecido, é fundamental para este estudo pois ele foi o fundador, da Colônia de Nova Lousã, na Província de São Paulo, o ponto de chegada dos Portugueses, que constituem o grupo que estudaremos.

## **1.2 - O Ponto de Chegada: A Colônia de Nova Lousã na Província de São Paulo**

Foi no dia 6 de Fevereiro de 1867 que o Comendador Montenegro fundou a “*Colônia Portuguesa da Nova Lousã*”, localizada na freguesia do Espírito Santo do Pinhal, município e comarca da cidade de “*Mogy-mirim, de onde dista tres légoas*”.

Esta colônia foi instalada originalmente numa área de 200 alqueires, adquirida por Montenegro em 25 de janeiro de 1867, conforme escritura pública lavrada no livro de notas do escrivão do Juízo de Paz da freguesia de “*Mogy-guassú*”.

As informações sobre esta colônia foram obtidas, inicialmente através de Paulo Miceli, na Separata da revista de divulgação cultural *Arunce* (1991), referente a artigo originalmente publicado no *D.O Leitura*, em 1990.

Ao examinar os documentos depositados no Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), que Miceli encontrou um *Opúsculo* sobre a Colônia Nova Lousã, relatando as idéias que o Comendador Montenegro tinha sobre a imigração que se efetivava para a Província de São Paulo e as propostas concretas que ele vislumbrava para os problemas que ocorriam em relação ao sistema vigente.

No seu *Opúsculo* o fazendeiro Montenegro tece considerações sobre o sistema que vigia na província. Era o sistema de parceria que determinava as relações de trabalho entre fazendeiros e colonos. Segundo o autor do *Opúsculo*, contudo, este sistema “*só tem servido para desacreditar a colonização na Europa*” (1872:2).

Na Colônia de Nova Lousã o sistema vigente era outro. E por isso iniciativa tinha sucesso, segundo o seu fundador, pelo fato de que

*“o systema adoptado no estabelecimento, para a retribuição do serviço, é o salário mensal, o único systema que deixa de produzir descontentamentos nos colonos, causar ou dar azo a queixas e até a sérios motins, como tem sido exemplo vivo algumas colonias d'esta bella província. O immigrante, que vem justo por salario, já sabe qual o interesse, que deve auferir, deixando de ser imbuído de promessas artificiosas, como é empregar-se para com aquelles, que são contractados, segundo o systema de parceria...”*

Defendia o fazendeiro, que o imigrante que, por exemplo, chegava com uma dívida de 150\$000, para trabalhar na fazenda, recebia um número determinado de pés de café já cansados ou velhos, em terreno baixo e, por conseguinte, na maioria das vezes, fadado a uma ação mais destruidora das geadas. Nestas condições, no fim do ano, o colono ao invés de ver sua dívida amortizada, tinha a mesma aumentada.

O colono pressionado para garantir a sua subsistência e o sustento da família, seria forçado a recorrer “*á bolça do proprietário*” agravando o seu débito, o que, inevitavelmente, conduziria o colono e sua família, a uma situação próxima da escravidão, devido às armadilhas inerentes ao sistema de parceria que vigorava nas fazendas de café.

As numerosas considerações do fazendeiro, discutidas no seu *Opúsculo*, não serão aqui retomadas no seu todo. Entretanto alguns elementos descritivos sobre a colônia foram encontrados numa carta redigida pelo proprietário, Comendador Montenegro, ao presidente da Província de São Paulo, do ano de 1878, depositada no Arquivo Público do Estado de São Paulo (caixa Nº de Ordem C07216 - Colonia 1879 –1890), que podem dar uma idéia do núcleo colonial:

*“Ilmo. Exmo. Snr.*

*Em observância à clausula 13ª da novação de meu contrato com o Governo Imperial, sobre a introdução de colonos, cumpre-me levar á presença de V. Excia. um pequeno resumo dos factos mais importantes occorridos n'esta colonia durante o anno que hoje finda (...)*

*(...)Hoje mesmo recebi um telegrama da Côrte, communicando-me a chegada àquelle porto do paquete da Mala Real que conduz immigrantes com destino a esta colonia...*

*Continuamos a gozar a paz, a harmonia e a boa ordem que são peculiares a este estabelecimento(...) A colheita de café pertencente a este anno foi de 5 mil arrobas, cujo café já foi beneficiado na excelente machina Lidgerssood, de que este anno foi aquisição(...) Já tenho em construção uma machina de esfolhar café, de modo que no proximo futuro devem ficar completos todos os machinismos tendentes a simplificar o trabalho do beneficio do cafe e a melhorar a sua qualidade.*



*A proxima futura colheita de café que se esperava subiste a 7 mil arrobas, não poderá exceder a d'este anno por causa da grande secca de setembro e outubro que muito prejudicou a grande florescencia dos cafezeiros. Este mal foi geral em toda a Província.*

*Diminuta foi a colheita de ervas, mas o vinho foi muito regular. A que estamos prestes a fazer, deve ser animadora se as chuvas em janeiro e fevereiro não forem por demais abundantes, o que viria a embaraçar a vindima e a estragar as ervas.*

*Continuo a esforçar-me para que da eschola nocturna da primeiras letras, que a minha custa mantenho na colonia, os meus empregados colham o maximo resultado possível; e para conseguir esse fim continuo a fornecer-lhes grátis livros bons e adaptados á sua intelligencia e habilitações.*

*E pelo o que deixo exposto poderá V. Excia. avaliar que este estabelecimento colonial longe de mostrar decadência - continua a florescer."*

Vê-se, portanto, que as atividades centrais da colônia ligadas à lavoura cafeeira, embora outras atividades agrícolas fossem registradas na propriedade, e sobretudo a visão otimista que o proprietário pretende passar ao governo provincial, embora na seqüência da carta lamentasse as dificuldades financeiras que atravessava...

## **2. Primeiros Resultados: uma análise da Colônia Portuguesa da Nova Lousã**

Se este estudo visa a reconstrução de comunidades históricas, propiciada pela microanálise, existe uma opção clara pela documentação histórica de caráter local e/ou regional, pois são estas fontes que se colocam mais próximas das vivências cotidianas dos agentes históricos que estão a ser analisados.

Neste sentido, num primeiro momento, o corpo documental básico é composto pelos **registros paroquiais** referentes às comunidades selecionadas.

Para o caso da comunidade portuguesa, que representa o ponto de partida da emigração, dispomos da informação da existência dos registros paroquiais completos do Concelho da Lousã, conforme o *Inventário dos Registros Paroquiais Portugueses* (1993-1994). A esses assentos é que será aplicada a Metodologia de Reconstituição de Paróquias, desenvolvida por Maria Norberta Amorim, que possibilitará a construção de um banco de dados de residentes desta comunidade. A partir desse banco de dados é que teremos facultado o acesso às informações para o estudo de toda a parte demográfica da comunidade de partida. Pretende-se iniciar a reconstituição da paróquia a partir dos inícios do século XIX. Esta tarefa está prevista para etapa posterior.

A esta fonte básica (registros paroquiais), outros tipos de documentação de caráter nominativo serão cruzados, dependendo do material que possa ser localizado em arquivos portugueses (principalmente a documentação depositada no Arquivo da Universidade de Coimbra, como os processos de obtenção de passaporte, por exemplo, ou em Arquivos municipais e paroquiais da região, sem esquecer de fontes como inventários e testamentos).

Para o caso dos indivíduos integrados à colônia no interior de São Paulo, efetuou-se uma busca de fontes nos arquivos situados na região de Espírito Santo do Pinhal, visando, em primeiro lugar, aceder aos registros locais e regionais relativos à Colônia. Demos, inicialmente, então, prioridade ao tratamento do material encontrado para a Colônia de Nova Lousã, e alguns dos resultados dessas análises é que serão discutidos aqui.

Esta documentação foi encontrada depositada no Arquivo da Cúria Diocesana de São João da Boa Vista, e estamos a efetuar o levantamento nos livros de registro de batizados e de casamentos de todo o conjunto de indivíduos e famílias ligados à colônia da Nova Lousã, com o objetivo de reconstituir a comunidade de imigrantes e a sua inserção na nova terra. Estamos realizando o levantamento nos 3 livros de casamentos existentes e nos 16 livros de batizados, entre os anos em que a fazenda pertenceu ao Comendador Montenegro.

Esta etapa do trabalho deverá estar concluída nos próximos meses, e aí teremos uma idéia do grupo de indivíduos e famílias que terão sua trajetória entre o Concelho da Lousã e Colônia da Nova Lousã reconstruída.

Esta comunicação explorará inicialmente os dados reunidos no “*Mapa Geral das Pessoas que tem vindo para a Nova Louzã desde sua fundação*”, de meados da década de 1870, que se compõe de uma lista nominativa de indivíduos que integraram-se à colônia, desde a sua fundação em 1867.

Esse elenco de nomes constituiu a fonte inicial para identificar os naturais da Lousã que se dirigiram para a Província de São Paulo para se instalar na Colônia de Nova Lousã. Faremos uma exploração deste material para analisar algumas das características dos imigrantes vindos para a Nova Lousã.

Este mapa é composto pelo nome dos indivíduos (e, por aí inferimos o sexo), o estado matrimonial, a data de entrada e de saída da Colônia, o local de residência e a profissão. Segue-se uma coluna de observações que contém informações variadas sobre alguns dos indivíduos listados no mapa geral. Encontram-se observações como: *“casou na colônia”*; *“retirou-se por chamada do serviço militar”*; *“veio doente por cuja causa se retirou”*; *“faleceu em Santos, 17/02/1875”*...

Além dessa abordagem quantitativa, introduziremos uma primeira experiência de cruzamento nominativo a partir de variadas fontes, que nos propiciará uma perspectiva qualitativa, através da análise de um grupo de indivíduos que emigrou para a Nova Lousã, composta pela família de Antonio da Serra. O cruzamento nominativo utilizou-se de dados provenientes do Mapa Geral (acima referido), dos registros de passaportes (depositados no Arquivo da Universidade de Coimbra), dos registros paroquiais referentes à Colônia da Nova Lousã (guardados no Arquivo da Cúria Diocesana de São João da Boa Vista, interior de São Paulo).

## **2.1 - Os Números da Nova Lousã: uma análise quantitativa do Núcleo Colonial**

Pelo Mapa Geral temos o registro de 154 indivíduos que entraram para a colônia, desde a sua fundação em 1867. Deste total apenas registram-se 22 mulheres, contando a colônia com 132 indivíduos do sexo masculino. Esta primeira observação sobre o perfil dos colonos não diferencia este grupo de imigrantes originários da Lousã do quadro mais geral sobre o imigrante português, onde constatamos um predomínio acentuado dos homens sobre as mulheres.

A análise do estado matrimonial dos colonos, no momento em que deram entrada na colônia também se enquadra no perfil do imigrante de origem lusa: apenas 29 colonos eram casados, 02 eram viúvos, 120 solteiros e 03 com estado matrimonial indeterminado.

De fato, ao comparamos estes dados específicos da Colônia de Nova Lousã com, por exemplo, o primeiro recenseamento geral da população no Brasil, efetuado no ano de 1872 (portanto na mesma época, aproximadamente, que estamos tratando) verifica-se que entre a população de origem portuguesa recenseada em São Paulo, contamos com um total de

6.867 portugueses, sendo 5.434 homens e 1.433 mulheres. Isto perfaz uma percentagem de 20.8% de mulheres entre a população imigrante lusa e 79,2% de imigrantes do sexo masculino. Na população encontrada na Colônia da Nova Lousã a percentagem de mulheres era ainda inferior àquela encontrada para a população imigrante portuguesa para a província de São Paulo como um todo. Na Nova Lousã temos, entre a população que entrou entre 1867 e meados da década de 1870, apenas 14.3% de mulheres para um montante de 85.7% de homens.

**Tabela 01 – Sexo X Estado Matrimonial**

Sexo / E. M.	Casados	Solteiros	Viúvos	Indet.	Total
Feminino	09	13	-	-	22
Masculino	20	107	2	3	132
Total Geral	29	120	2	3	154

No que diz respeito às profissões declaradas no Mapa Geral, são duas as características a chamar a atenção do pesquisador. Em primeiro lugar a ausência de ocupações específicas para as mulheres. Nenhuma delas aparece neste mapa geral com uma profissão declarada. A segunda característica, por outro lado, é a diversidade das ocupações, a maioria delas, à primeira vista, não ligadas diretamente às atividades agrícolas, que serviriam melhor ao núcleo colonial, que era voltado à produção do café.

De um total de 130 indivíduos do sexo masculino, com profissões definidas (2 indivíduos com informação indeterminada), apenas 5 declararam-se “lavradores” (apenas 3.8% dos colonos). A ocupação de “trabalhador”, entretanto, aparece num total de 62 indivíduos (47.7%). Esta ocupação genérica de “trabalhador”, pelo que pudemos observar, a partir das análises de Monteiro (1985: 71), sobre a região da Lousã, indica que este era um termo comumente utilizado naquela área, e que ligava-se à condição de agricultor. Segundo Monteiro, *“a diferenciação profissional em cada lugar era quase nula: todos tinham a mesma condição de agricultores”*.

Este novo dado muda um pouco a perspectiva: se os “trabalhadores” estão tradicionalmente ligados às atividades agrícolas, temos um total de 51.5% de homens envolvidos neste ramo. Ou seja, estes dados enquadram-se no perfil desejado, de imigrantes aptos ao trabalho na agricultura, especificamente na lavoura cafeeira.

Observemos, na seqüência, o leque das outras profissões dos colonos da Nova Lousã. Sublinhe-se que aparecem na tabela abaixo apenas os indivíduos que tem ocupações diferentes de “trabalhador” e de “lavrador”.

A ocupação mais comum, depois dos trabalhadores, é a de carpinteiro. Desde a fundação do núcleo até meados da década de 1870, contaram-se 11 carpinteiros.

Note-se que estes indivíduos não permaneceram muito tempo na Colônia. De fato, no momento da elaboração do mapa geral que estamos analisando, apenas havia um carpinteiro entre os moradores da Nova Lousã, o colono Francisco Guilherme Rodrigues, que chegou no grupo dos primeiros colonos trazidos pelo Comendador Montenegro, entrando na fazenda no dia seis de fevereiro de 1867. Os dez carpinteiros restantes deixaram a colônia em intervalos variados (desde poucos meses até períodos de cinco anos), mas a maioria deles ao deixar a colônia permaneceu no Brasil. Apenas dois deixaram o país, com destino às colônias portuguesas na África, dirigindo-se a Luanda. Os que aqui permaneceram, três optaram pela cidade de Mogi Mirim (próxima à colônia), dois pela cidade de São Paulo, um para o outro núcleo colonial fundado pelo Comendador Montenegro (o Nova Colômbia, na região de Campinas), outro para a cidade de Amparo e um dos carpinteiros teve o seu destino dado como ignorado.

Devemos notar que há um conjunto de indivíduos que se declarou como “negociante”, que se forem somados aos que se dedicam a “negócios” (3) e ao “negócio volante”, formam um grupo de dez indivíduos. Infelizmente não temos uma definição mais clara sobre o tipo de “negócios” a que se dedicavam, já que estamos limitados aos dados do mapa geral. É possível, entretanto, que ao cruzarmos outras fontes possamos, em etapas posteriores, esclarecer detalhes sobre a ocupação destes indivíduos.

**Tabela 02 - Profissões não relacionadas à agricultura registradas na Nova Lousã**

<b>Profissão</b>	<b>Total</b>		
Carpinteiro	11	Empregado em fábrica de tecido	2
Negociante	6	Empregado na E.F. Paulista	2
Carroceiro proprietário	4	Feitor de Terreiro	2
Carreiro	3	Telheiro	2
Negócio	3	Administrador	1
Pedreiro	3	<b>Profissão</b>	<b>Total</b>
Sapateiro	3	Carroceiro	1
Alfaiate	2	Cocheiro	1
		Cozinheiro	1

Empregado doméstico	1
Empregado em um hotel	1
Empregado em uma cocheira	1
Empreg. fábrica de tecidos	1
Empreiteiro na E.F.	1

Ferreiro	1
Negócio volante	1
Proprietário da Nova Lousa	1
Sócio em um hotel	1

Entre os negociantes apenas um era dado como residente na Nova Lousã à época da elaboração do mapa geral. Trata-se de Antonio Serra Henriques, que chegou também na época da fundação da colônia, em fevereiro de 1867, indivíduo ao qual voltaremos mais adiante, numa análise de caráter qualitativo. Dos nove indivíduos restantes, um retornou a Portugal, pouco menos de dois anos após ter se transferido para a colônia. Repare-se também que os indivíduos que se dedicavam a negócios optaram por deixar a colônia e se transferir para áreas urbanas mais importantes, como São Paulo, Santos, Mogi Mirim (um para cada cidade) e quatro deles dirigiram-se a Campinas, importante centro urbano em área produtora de café.

Outras atividades profissionais registradas foram: carroceiros (4), carreiro (3), alfaiate, pedreiro, telheiro, entre outras ocupações típicas de núcleos urbanos, indicando muitos dos indivíduos dedicavam-se a outras atividades acessórias ao mundo das fazendas de café.

A porcentagem de indivíduos que deixaram a colônia desde a sua fundação até a elaboração do mapa geral somou 44% dos indivíduos. Do número total de 154 indivíduos arrolados no mapa geral, encontramos a referência à data de saída para 68 deles, significando que, no momento da elaboração do mapa, a Colônia Portuguesa da Nova Lousã contava então, com 86 colonos.

O que significa este montante em relação a outros núcleos coloniais existentes na província de São Paulo no período que cobre os anos oitocentos? No Arquivo Público do Estado de São Paulo, onde também efetuamos o levantamento de fontes relativas a esta investigação, encontramos dados sobre outros núcleos coloniais paulistas, que podem fornecer um parâmetro comparativo.

De 12 núcleos pertencentes a proprietários particulares, encontramos imigrantes de origem portuguesa radicados em todos. Encontramos a informação sobre o número de famílias e o total de indivíduos

portugueses. A maior parte dos núcleos está na região próxima a Campinas, em áreas produtoras de café, como seria de esperar. O principal núcleo concentrador de imigrantes portugueses, o Núcleo Colonial Senador Vergueiro (Limeira), que reúne 55 famílias e um total de 258 portugueses, e o proprietário é Nicolau de Campos Vergueiro, importante fazendeiro paulista. A seguir temos o Tatu, de propriedade de Cândido José da Silva Serra, com 27 famílias portuguesas, que perfaziam um total de 108 indivíduos. Na seqüência, aparece o Núcleo Colonial Boa Vista pertencente Benedito Antônio de Camargo, no município de Rio Claro, com 11 famílias e 63 indivíduos.

Por estes dados temos a noção de que a Colônia da Nova Lousã estava entre os núcleos mais importantes na recepção de imigrantes portugueses, ficando atrás apenas de dois outros núcleos particulares, pertencentes a membros das famílias da elite cafeicultora paulista. Isso dá uma idéia da magnitude do empreendimento de José Elizário de Carvalho Montenegro.

**Tabela 03 - Colônias na Província de São Paulo e quantidade imigrantes de origem Portuguesa**

<b>Nome da Colônia</b>	<b>Localidade</b>	<b>Proprietário</b>	<b>Nº de famílias Portuguesas</b>	<b>Total de Portugueses</b>
<b>Senador Vergueiro</b>	Limeira	Nicolau de Campos Vergueiro	55	258
<b>Cresciumal</b>	Pirassununga	Francisco Antonio de Souza Queiroz	3	14
<b>Morro Azul</b>	Limeira	Joaquim Francisco de Camargo	9	35
<b>Boa Vista</b>	Rio Claro	Benedito Antonio de Camargo	11	63
<b>Boa Vista</b>	Rio Claro	D. Anna Joaquina Nogueira de Oliveira	9	38
<b>São José do Morro Grande</b>	Rio Claro	João Ribeiro dos Santos Camargo	5	23
<b>Tatu</b>	Limeira	Cândido José da Silva Serra	27	108
<b>Cap. Diniz</b>	Limeira	Joaquim da Silva Diniz	3	10
<b>Boa Vista</b>	Campinas	Florianio de Camargo Penteado	4	18
<b>Sítio Novo</b>	Campinas	Antonio Reis Barboza	4	19
<b>Dores</b>	Campinas	Pedro José dos Santos Camargo	6	25
<b>São Francisco</b>	Campinas	Francisco Camargo Penteado	1	5

Fonte: DAESP - Colônias

Dessas reflexões preliminares, baseadas nas fontes citadas, podemos concluir que o perfil do imigrante português que se dirigiu à Nova Lousã não diferia do padrão típico da imigração portuguesa da segunda metade do XIX: na maioria, homens solteiros. Portanto parece que não havia uma política seletiva do proprietário da colônia que visasse especificamente a introdução de famílias para trabalhar nas terras da sua fazenda. Pelo contrário, vimos até que a percentagem de mulheres na Nova Lousã era sensivelmente inferior ao montante geral dos imigrantes portugueses radicados na província de São Paulo. Parece que a idéia era trazer homens capazes de trabalhar na dura lida do café.

## **2.2 – Recuperando percursos familiares: a Família de Antonio Serra**

Um dos objetivos centrais desta pesquisa é recuperar as trajetórias individuais e familiares dos homens e mulheres que deixaram o Concelho da Lousã, seduzidos pelas promessas de uma vida melhor, num distante rincão no interior da Província de São Paulo.

Paulo Monteiro ao estudar a região Lousã referiu-se ao primeiro fluxo emigratório, da própria vila da Lousã, que está associado ao nome do



Comendador Montenegro, reconhecido como o “*iniciador da emigração lousanense para o Brasil*” (Monteiro 1985:84).

Entretanto Paulo Monteiro sublinha que todo este processo emigratório da vila, que foi referido de passagem no seu trabalho, é completamente distinto do processo emigração ocorrido nos lugares da serra que formaram o cerne de sua investigação. Por isso, acreditamos que esta investigação poderá contribuir para o conhecimento mais aprofundado deste primeiro fluxo emigratório, que partiu essencialmente da vila da Lousã.

Falta-nos, no momento, o estudo da comunidade de origem, etapa prevista para os próximos meses, quando iniciaremos o levantamento do material disponível nos registos paroquiais da Vila da Lousã.

Por outro lado, e graças a uma pesquisa exploratória inicial, anterior mesmo à elaboração deste projeto, que examinou os passaportes depositados no Arquivo da Universidade de Coimbra, localizaram-se registos importantes para o resgate da história da família de Antonio da Serra<sup>2</sup>.

Explorando os registos de passaportes foram reunidas informações sobre o casal Antonio da Serra e Rozalia de Jesus, que encontram-se entre os primeiros colonos que se radicaram na Nova Lousã.

O registo de passaporte de número 938, datado de 13 de novembro de 1866, indica que Antonio da Serra solicitava o documento para viajar ao Rio de Janeiro, saindo pela cidade do Porto:

*“Antonio da Serra, trabalhador, natural da Favarica, Concelho da Lousã, 44 anos, 1,63m, rosto comprido, cabelo preto, sobr’olhos pretos, olhos castanhos, nariz regular, boca regular, barba (...?), cor natural, válido por 60 dias para o Rio de Janeiro pela cidade do Porto, abonado por documentos com que satisfizesse ao disposto no regulamento geral de polícia de 7 de abril de 1863, levando em sua companhia sua mulher Rozalia de Jesus e seus filhos João Serra, Manoel da Serra, Maria Serra, Anna Serra, Maria da Piedade, Antonio da Serra e Eduarda Serra”.*

Do Mapa Geral, examinado anteriormente (referente ao ano de 1875), vemos o registo de Antonio da Serra, a cujo nome foi adicionado ainda o sobrenome Henriques, dado como casado e entrado na colônia em 6 de fevereiro de 1867. Neste mapa geral informa-se que Antonio da Serra era *negociante*, residente na Nova Lousã. Sublinhe-se que no registo de passaporte ele foi classificado como trabalhador e, alguns anos depois, foi

designado como negociante, o que nos faz acreditar num movimento de ascensão social.

Encontramos também, no referido mapa, sua mulher Rozalia, embora com o nome registrado de forma diferente: Rosaria Serra, casada e residente na Nova Lousã.

Quanto aos filhos do casal, João, Manoel, Maria, Anna, Maria da Piedade, Antonio e Eduarda, todos foram arrolados no mesmo mapa, embora tenhamos encontrado algumas variações de nome, a exemplo do que ocorreu no caso de Rozalia. Podemos, entretanto, ter a certeza de que são os mesmos indivíduos pois todos apresentam a mesma data de entrada na colônia que os seus pais.

João Herculano Serra, solteiro, residente na Nova Lousã, tinha a profissão de carreiro; seu irmão Manoel Viriato Serra, também solteiro, e residente no mesmo local, era empregado doméstico; Maria Serra, solteira, sem ocupação definida, também morava na colônia; Anna Serra, que chegou solteira, sem ocupação definida, casou-se na colônia, conforme nos informa o Mapa Geral, dado este confirmado através dos registros paroquiais de casamento, como veremos adiante; Maria da Piedade, arrolada no mapa geral como Maria da Soledade, solteira, não residia na colônia, mas foi dada como residente na Estrada de Ferro d'Oeste, e havia saído da colônia no dia 26 de fevereiro de 1868, mas o mapa não informa o motivo da saída; Antonio Afonso Serra, solteiro, residente na Nova Lousã, foi registrado com tendo a profissão de trabalhador; por fim, a filha de nome Eduarda Serra, foi registrada como solteira e residente na Nova Lousã.

Portanto, oito anos após a chegada desta família ao núcleo, todos, com exceção de uma única filha do casal, permaneciam na mesma localidade.

Deste família pudemos encontrar vários registros entre os assentos de batizado e de casamento depositados no Arquivo da Cúria Diocesana de São João da Boa Vista.

Começamos por registrar o casamento de Anna da Serra, filha de Antonio da Serra e Rozaria de Jesus (sic), nome atribuído no registro de passaportes, com Joaquim Couceiro, no dia 25 de dezembro de 1873, sendo

---

<sup>2</sup> Levantamento efetuado, em Portugal, por Oswaldo Serra Truzzi, que é descendente direto de Antonio da Serra.

padrinhos o proprietário da fazenda João Elizário de Carvalho Montenegro e Joaquim Lopes Coelho, que também residiu na Nova Lousã, tendo chegado em 01 de dezembro de 1871 e lá permanecido até 28 de fevereiro de 1874. Joaquim Lopes Coelho foi dado como negociante, no mapa geral do colonos, sendo residente em Campinas.

O noivo, Joaquim Couceiro, por sua vez, também era natural do Concelho da Lousã, e encontramos também o seu pedido de passaporte, datado de 4 de agosto de 1869:

*“Joaquim Couceiro, filho d'outro, solteiro, natural da Foz d'Arouce, concelho da Louzã, para Santos pelo porto de Lisboa onde pretende embarcar, com 18 anos de idade, 1,57m de altura, rosto comprido, cabelo preto, sobr'olhos idem, olhos castanhos, nariz regular, boca idem, cor normal”*

Ele foi também arrolado no mapa geral da colônia, com o nome de Joaquim Couceira Arouce, tendo entrado na Nova Lousã no dia 8 de setembro de 1869, pouco mais de um mês depois do registro de passaporte ser solicitado. A ocupação de Joaquim era a de ferreiro e, ao lado de seu nome no mapa geral, aparece a observação que havia se casado na colônia, como de fato indicam os registros paroquiais.

Outra das filhas de Antonio da Serra e Rozalia também se casou na colônia. Desta feita encontramos o assento do casamento de Maria da Piedade Serra (ou Maria da Soledade), que foi dada como residente fora da colônia.

Maria casou-se, com 16 anos, conforme o assento de casamento lavrado nos livros depositados na Cúria Diocesana de São João da Boa Vista, em 5 de julho de 1875 com Diamantino Caetano de Miranda, de 25 anos. Maria casou-se com licença de seus pais (por ser menor) e foram padrinhos João Elizário de Carvalho Montenegro (como havia ocorrido no casamento de Anna) e Pedro Caetano. Pedro Caetano Miranda, como foi identificado no mapa geral, foi registrado como trabalhador, solteiro e residente na Nova Lousã, tendo entrado na colônia em 19 de dezembro de 1871.

Também nos assentos de batizado encontramos registros que mostram a descendência de Antonio da Serra e Rozalia de Jesus, nascida já na colônia, isto é, seus netos.

Em 25 de maio de 1872 foi assentado o batizado de Antonio, filho de Francisco Guilherme Rodrigues, português e de Maria de Jesus da Serra, sendo padrinhos os avós maternos Antonio da Serra e Rozalia de Jesus. A

criança foi batizada pelo padre José Daniel de Carvalho Montenegro, irmão do proprietário do núcleo da Nova Lousã.

O pai da criança batizada, Francisco Guilherme Rodrigues, era carpinteiro e chegou à Nova Lousã no dia 06 de fevereiro de 1867, juntamente com a família de sua mulher Maria da Serra. Até o momento não foi encontrado o assento de casamento deste casal.

A família Serra tem mais um membro nascido e batizado na Nova Lousã. A criança, Afonso de Albuquerque, foi batizada em 24 de junho de 1874, e era filha de Joaquim Couceiro e de Anna da Serra. Foram padrinhos João Elizario de Montenegro e Maria de Jesus, tia paterna do batizado, residente em Lisboa, sendo o seu representante Francisco Guilherme Rodrigues, autorizado legalmente por procuração (cunhado de Anna, casado com Maria da Serra).

Sabemos que Anna e Joaquim casaram-se em 25 de dezembro de 1872, e pelas informações constantes no registros paroquiais, vimos que Afonso havia nascido pouco menos de dois anos antes (3 de fevereiro de 1872), portanto dez meses antes do casamento de seus pais. Temos aqui o registro de batizado da criança realizado muito tempo depois do nascimento, e consequentemente, o nascimento de uma criança natural, que foi legitimada posteriormente, pelo casamento dos pais.

Anna e Joaquim tiveram mais dois filhos batizados na Nova Lousã, Gil Vicente, batizado em 9 de janeiro de 1875 e Adelaide, batizada em 25 de dezembro de 1876. Poderemos posteriormente, encontrar outros registros de batizado relativo a estes casais, uma vez que os livros de batizados ainda não foram levantados na sua totalidade (apenas 8 de um conjunto de 16 livros).

Maria da Piedade Serra, que se casou com Diamantino Caetano de Miranda, aos 16 anos, no dia 5 de julho de 1875, também teve, até o momento, dois filhos batizados na Nova Lousã: João, batizado em 25 de dezembro de 1876, juntamente com Adelaide (filha de Anna da Serra e Joaquim Couceiro), sua prima, como foi referido acima e João, batizado em 21 de julho de 1878.

O cruzamento das diversas fontes utilizadas mostrou que é possível recuperar o percurso não só da família de Antonio Serra e de Rozalia de Jesus, mas que isso será possível para um grupo bastante mais alargado, a partir do

momento que encerrarmos o levantamento dos registros paroquiais referentes à Nova Lousã.

O que parece aflorar destas primeiras análises é a forte coesão familiar. Esta coesão permanece mesmo depois da saída da terra natal, num ambiente totalmente diverso, representado pela nova vida na fazenda pertencente ao Comendador Montenegro.

Este comportamento familiar parece ter sido uma característica já presente na área de origem, isto é, o concelho da Lousã, do que pode ser depreendido das análises elaboradas por Monteiro (1985).

Ao discutir a questão do casamento Monteiro admite que, tradicionalmente, as relações estabelecidas em cada casamento eram, mais do que relações entre os dois noivos, eram relacionamento entre casas. A partir da análise dos registros de casamento da área que estudou, Monteiro notou, além do mais, o peso importante de casamentos consangüíneos, sobretudo entre primos, com o objetivo de reunir várias propriedades da casa. Para além disso, a endogamia era uma característica da sociedade analisada por Monteiro.

Ora, num espaço confinado como o da colônia, que reunia membros de uma comunidade de origem única, estes indivíduos só poderiam manter, ou até mesmo exacerbar, a tradição que já existia na terra natal de casar entre o grupo. O exemplo da família Serra mostra isso. Até o momento não encontramos para esta família casamentos com indivíduos “estrangeiros” ao conjunto de indivíduos naturais do Concelho da Lousã, que imigraram para a Colônia.

É claro que teremos que confirmar esta tendência a partir do estudo de toda a comunidade que se estabeleceu na Nova Lousã, e analisar quais eram os critérios que presidiam a escolha dos cônjuges e as estratégias matrimoniais que se desenvolveram no novo ambiente. Até que ponto, perguntamos, os mecanismos tradicionais foram recriados? Limites demográficos concretos teriam gerado alteração nas estratégias costumeiras?

Na verdade, para refletirmos com segurança sobre estes temas é fundamental não só o estudo do conjunto da comunidade de imigrantes da Nova Lousã, como é necessário o estudo da comunidade de origem. Nesse sentido nossas reflexões são bastante limitadas, no presente momento, pois

desconhecemos ainda os comportamentos demográficos, culturais e sócio-econômicos vigentes na vila da Lousã. As indicações dos estudos de Monteiro apontam para comportamentos divergentes entre a primeira corrente emigratória originária da vila, e o do fluxo emigratório que se seguiu. Portanto, é preciso reconstituir a comunidade de origem, estabelecer as variáveis que servirão de parâmetro para a comparação com os que imigraram e se estabeleceram no interior da Província de São Paulo, para a partir daí, fazer uma comparação entre os comportamentos característicos da terra natal e os da comunidade radicada na Nova Lousã, assim como uma comparação entre o fluxo emigratório pioneiro e o das décadas seguintes.

A profundidade da reconstrução da comunidade de origem poderá ser maior ou menor, dependendo das fontes nominativas que puderam ser agregadas aos registros paroquiais, que constituem a fonte documental básica. Mas isso só será esclarecido em etapas posteriores de nosso trabalho, que prevêm uma investigação nos arquivos regionais e locais portugueses.

Disso tudo, destas reflexões preliminares deve ficar para o leitor o grande desafio de se procurar analisar o fenômeno migratório a partir de metodologias microanalíticas. É um desafio que comporta riscos, mas os resultados obtidos certamente contribuirão para uma imagem renovada e original dos migrantes portugueses que se lançaram à uma aventura transatlântica e que, freqüentemente, escapam por entre os dedos dos pesquisadores, como um punhado de areia nas nossas mãos...

### **Referências bibliográficas citadas:**

- 1993-1994. *Inventário Colectivo dos Registos Paroquiais*. 2 vol. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura
- Alves, Jorge Fernandes. 1994. *Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Porto.
- Amorim, Maria Norberta. 1991. *Uma metodologia de Reconstituição de Paróquias*. Braga: Universidade do Minho.
- Baganha, Maria Ioannis B. 1990. *Portuguese Emigration to the United States, 1820-1930*. New York & London: Garland Publishing Inc.
- Miceli, Paulo. 1991. Um fazendeiro contra o latifúndio. Separata de ARUNCE - Revista de Divulgação Cultural, nº 5/6 - Jan. / Dez., p.25-32
- Monteiro, P. F. 1985. *Terra que já foi terra*. Lisboa: Edições Salamandra.

- Monteiro, P.F. 1993. Emigrantes imigrados: da Lousã ao Connecticut: uma investigação em dois tempos. M. B. N. Silva, M. I. Baganha, M. J. Maranhão e M. H. Pereira (Eds). *Emigração/Imigração em Portugal. Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX-XX)*. Lisboa: Fragmentos, p.323-347.
- Montenegro, João Elizário de Carvalho. 1872. *Opúsculo sobre a Colonia Nova Louzã*. Campinas: Typographia da Gazeta de Campinas
- Pescatello, A. M. 1970. *Both ends of journey: an historical study of migration and change in Brazil and Portugal, 1889-1914*. Los Angeles. University of California (PhD)
- Rowland, Robert. 1998. Velhos e Novos Brasis. In *História da Expansão Portuguesa*, F. Bethencourt and K. Chaudhuri (Eds). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Scott, Ana Silvia Volpi. 2000. Verso e Reverso da Imigração Portuguesa para o Brasil: o caso de São Paulo entre as décadas de 1820 a 1930. *Oceanos* 44, Out/Dez. p. 126-142
- Serrão, J. 1982. *A Emigração Portuguesa*. 4ª ed. Lisboa: Livros Horizonte.